



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



Cenas da periferia – incursões etnográficas e registros de campo¹

Cibele Saliba Rizek

Professora Titular no Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos – Universidade de São Paulo (IAU USP)

Ana Luiza Vieira Gonçalves

Mestranda em Planejamento e Gestão do Território – Universidade Federal do ABC (PGT UFABC)

Laura Nogueira Adami

Mestranda no Instituto de Arquitetura e Urbanismo de São Carlos – Universidade de São Paulo (IAU USP)

ST-14: Conversões de uso da terra, conflitos fundiários e socioambientais

O artigo se propõe a descrever resultados de pesquisa de campo em curso, flagrando-se 3 situações periféricas nas chamadas ocupações, em diferentes contextos da RMSP. Essas incursões nos permitem perceber elementos comuns já amplamente reconhecidos – a presença das igrejas e do tráfico em sua face “paulista e paulistana”, a explosão e modulação dos modos de viração, uma intensificação significativa do número de famílias nas ocupações e uma presença comum de assessoria/assistência técnica e seus planos de urbanização em todas elas.

A presença e/ou ausência de formas historicamente consagradas de constituição de clientelas, ao lado de um novo quadro de mediações a partir de contratos privados, somado a uma forte desigualdade interna e a entrada de novos ou reconfigurados atores no campo de disputa desses territórios oferece um retrato de elementos que combinados permite reconhecer o crescimento dessas formas de moradia e de formas de intervenção de assessorias e grupos de extensão universitária que podem ser identificados como mais uma dimensão do mosaico que opera a gestão ou governo da precariedade e das possibilidades de sobrevivência em meio às constantes ameaças de deslocamento e remoção que conformam o estado de permanente transitoriedade da população pobre e periférica.

Palavras-chave. Incursões etnográficas; ocupações urbanas; modulações neoliberais

Scenes from the suburbs - ethnographic incursions and field records

The article aims to describe the results of an ongoing field research, flagging three peripheral situations in the so-called occupations, in different contexts of the RMSP. These incursions allow us to perceive common elements already widely recognized - the presence of churches and drug trafficking in its "Paulista and Paulistana" face, the explosion and modulation of the modes of migration, a significant intensification of the number of families in the occupations and a common presence of technical assistance/assistance and their urbanization plans in all of them.

¹ A pesquisa realizada pela pesquisadora Ana Luiza Vieira Gonçalves conta com financiamento da Universidade Federal do ABC em sua realização.

The presence and/or absence of historically established forms of constitution of clientele, alongside a new framework of mediations based on private contracts, added to a strong internal inequality and the entrance of new or reconfigured actors in the dispute field of these territories offers a portrait of elements that combined allow us to recognize the growth of these forms of housing and of intervention forms of advisory and university extension groups that can be identified as another dimension of the mosaic that operates the management or government of precariousness and the possibilities of survival in the midst of constant threats of displacement and removal that conform the state of permanent transitoriness of the poor and peripheral population.

Keywords: Ethnic incursions; urban occupations; neoliberal modulations.

Escenas de la periferia - incursiones etnográficas y registros de campo

El artículo tiene por objeto describir los resultados de una investigación de campo en curso, señalando tres situaciones periféricas en las denominadas ocupaciones, en diferentes contextos de la RMSP. Estas incursiones nos permiten percibir elementos comunes ya ampliamente reconocidos - la presencia de iglesias y del narcotráfico en su cara "paulista y paulistana", la explosión y modulación de los modos de migración, una intensificación significativa del número de familias en las ocupaciones y una presencia común de la asistencia/ayuda técnica y sus planes de urbanización en todas ellas.

La presencia y/o ausencia de formas históricamente establecidas de constitución de grupos de clientes, junto a un nuevo marco de mediaciones basadas en contratos privados, sumado a una fuerte desigualdad interna y la entrada de nuevos o reconfigurados actores en el campo de disputa de estos territorios ofrece un cuadro de elementos que combinados permiten reconocer el crecimiento de estas formas de vivienda y formas de intervención de grupos de asesoría y extensión universitaria que pueden identificarse como otra dimensión del mosaico que opera la gestión o gobierno de la precariedad y las posibilidades de sobrevivencia en medio de constantes amenazas de desplazamiento y remoción que conforman el estado de transitoriedad permanente de la población pobre y periférica.

Palabras clave: Incursiones etnográficas; ocupaciones urbanas; modulaciones neoliberales.

1. Apresentação

“As sociedades, como as culturas, estão por assim dizer já escritas e ao mesmo tempo continuam sempre por ser escritas” (STRATHERN, 2014)

Muitos pesquisadores e pesquisadoras pensaram e discutiram o que a etnografia parece representar como uma guinada metodológica no campo de pesquisa das ciências sociais. Assim também anunciaram para os não antropólogos o que podemos denominar aqui como “questões etnográficas” no momento em que essas mesmas ciências humanas e sociais sofriam o que ficou conhecido como crise de paradigmas. Essa crise, que assolou com questões diversas tanto os procedimentos como a legitimidade do conhecimento produzido pelas ciências sociais, foi experimentada como crise das categorias, teórica mas, também, metodológica. O mal-estar provocado pelo fato de que os modos de apreensão e explicação do mundo social pelas chamadas teorias clássicas tinham sido deslegitimados, enfrentava o fato de que as ciências sociais acabavam ou por se perder nas exigências de generalização e de prova compatíveis com as assim chamadas ciências da natureza (elas também sacudidas por crises sísmicas, como apontam autores como I. Stengers, I. Prigogine) ou no lodo escorregadio dos relativismos que podem (e frequentemente apontam) para uma pluralidade de formas de apreensão e explicação que anulam a efetividade da produção do conhecimento num vale tudo muito problemático, como aliás, os negacionismos contemporâneos parecem atestar.

Entre as exigências de generalização que lançavam mão de pesquisas quantitativas organizadas por categorias sempre passíveis de discussão e o enfrentamento das singularidades apreendidas pela pesquisa qualitativa, a sociologia e a ciência política enfrentaram crises das formas de apreensão e compreensão que atingiram suas certezas de modo contundente. Nesse movimento pendular, foi preciso operar uma forte reversão das relações entre teoria e empiria e nessa

operação delicada e ao mesmo tempo complexa, a etnografia despontou como uma espécie de saída para disciplinas que mantiveram com a Antropologia Social relações de aproximação bastante significativas, embora não pudessem se auto dissolver numa assimilação que anularia as diferenças. Foi, então, como saída de uma crise de paradigmas dos modos de apreensão e de explicação - que foi e continua sendo uma crise de categorias e metodológica - que questionava permanentemente as relações entre as dimensões conceituais e empíricas, que a etnografia se afirmava como método de investigação e, talvez mais do que isso, como esperança de trânsito entre empiria, descrição, modos de narração e de explicação (quando possível, quando necessário, sempre provisoriamente) do mundo.

A etnografia como característica bastante afeita aos procedimentos e a uma escrita dos etnólogos não se confunde, porém, com as práticas de outras formas de investigação qualitativa. Essa diferença, tantas vezes obscurecida sobretudo diante de procedimentos que parecem crescentemente legitimar estratégias de pesquisa, é fundamental. Assim, a partir de leituras e aproximações com o que fazem os antropólogos, temos buscado uma outra forma de denominar o que fazem os sociólogos que trabalham qualitativamente. Temos nomeado essas práticas e visitas a campo como incursões etnográficas. E isso porque se a etnografia supõe um contato com o campo que conduz à contínua problematização do pesquisador(a), suas negociações com suas próprias matrizes de percepção, com seus modos de descrição, muitas vezes a observação e registro dessas incursões etnográficas não obedecem inteiramente aos parâmetros clássicos de imersão no campo; muitas vezes são de outra natureza e acabam por ser nomeadas – pela necessidade de atualização ou busca de legitimidade - como etnografias. Trata-se, sem dúvida, de pesquisa qualitativa; trata-se também de um conjunto de modos de registro e de escrita; porém aprendemos, sobretudo com as etnografias e as etnografias urbanas em particular, a problematização permanente da presença do pesquisador(a), o questionamento do fato de ser quem ele(a) é naquele lugar específico, a indagação crítica do que se vê e do que não se vê, do que se escuta e do que não se escuta colocando a pergunta permanentemente repostada sobre o lugar de observação, sobre falas, presenças e ausências, suas molduras e enquadramentos e seus desdobramentos sobre o que e como o que descrevemos foi apreendido, descrito e pensado. Cabe então apontar o que se ilumina com esse conjunto de incursões etnográficas e o que se apaga, ou antes, cabe apontar o que Strathern identificou como “pontos cegos” da prática etnográfica e, sobretudo, da prática dessas incursões etnográficas que são um modo de operação de sociólogos e outros cientistas sociais (STRATHERN, 2014).

Se, por um lado, os recursos aos modos de investigação etnográfica apareceram e continuam operando como saídas, como reconfiguração necessária das relações entre teoria e empiria, por outro lado, esses mesmos modos de operação parecem se constituir em movimento incessante de aproximação e distanciamento continuamente refeitos, já que a elaboração que resulta das imersões em campo supõe uma escrita peculiar. Essa escrita criaria então “um segundo campo”, de relações muito complexas com um primeiro campo. Primeiro e segundo campo estão permanentemente em relação, na medida em que cada um, de acordo com Strathern, se constitui num modo peculiar de envolvimento e na medida em que esses dois campos se tangenciam continuamente, mas nenhum deles pode ou deve assimilar o outro. Eles teriam, então, órbitas próprias que reposicionam ou reordenam narrativas, observação e escuta. Nessa medida, Strathern aponta ainda que a pesquisa etnográfica ou mesmo a pesquisa que provém do que estamos nomeando como incursões etnográficas envolve permanentemente um sentido de perda, uma sensação de incompletude que resulta do fato de compreendermos que nenhum desses campos pode ser identificado ao outro, que o que narramos e descrevemos não pode e não estará em conformidade com o que experimentamos em nossas práticas de imersão e observação. Dessa perspectiva ela nos avisa que a pesquisa de natureza etnográfica traz consigo a perda da imersão em campo na escrita e na descrição, a perda do que se pretende observar – em fuga permanente do campo de visão, no momento da elaboração e da explicação – sempre à busca de nexos e sentidos – no decurso da descrição e da narração. Curiosamente, a partir de uma problematização permanente, a saída etnográfica não se livra – ela também e sobretudo – de uma

reflexão crítica que se volta reflexivamente para inquirir seus próprios modos de apreensão do mundo. Ainda assim, os modos de apreensão da realidade social que têm por base as regularidades apreendidas quantitativamente levantam o dedo em riste para acusar as formas de pesquisa qualitativas, a partir dos procedimentos etnográficos, de apreender apenas (“apenas”?) singularidades. E, no entanto, nas singularidades observadas e descritas, desvendam-se de modo exemplar complexidades surpreendentes, elementos que tomam de assalto os projetos de pesquisa e suas inquietações e que os substituem por relações, preocupações, sentidos, práticas, universos de corpos, de pessoas encarnadas, numa espécie de aqui e agora avassaladores. Nessas singularidades, afinal, os processos de constituição e destituição de práticas, significações, relações pulsam reconfigurando tramas cuja apreensão exige um trânsito de escalas, um vai e vem entre a observação de práticas e sujeitos e a apreensão de processos que os estruturam.

De um lado há uma espécie de luto, de perda de pedaços do que se vive em campo; de outro, nas idas e vindas entre observação, registo e escrita, aquilo que nos surpreendeu em contato com a vivacidade do campo é sempre avassalador ainda que permaneça inacabado, já que em cada incursão etnográfica é possível perceber que o lugar do(a) pesquisador(a), sua morada se faz no fluxo entre uma e outra atividade, entre observação, descrição e narração permanentemente ameaçadas umas pelas outras. Habitar esses campos, estabelecer os trânsitos entre eles obriga assim, como aponta Strathern, a retomar as ideias, proposições e categorias que levaram à construção da pesquisa e com elas, as razões que levaram cada pesquisador(a) ao seu campo de observação. Esse movimento frequentemente conduz a mais uma “volta a campo” (sempre mais uma vez), que inverte as orientações iniciais, já que é a escrita e a descrição que impelem às novas incursões.

Assim, cabe ainda e sempre observar que algumas das descobertas de campo e algumas das mais finas apreensões de relações e sentidos que fomos capazes de empreender, compreender e descrever foram obtidas por imersões parciais que fornecem exatamente o que não estava sendo procurado. São muitos os exemplos de surpresas de campo que não caberiam num texto. Mas talvez, em resposta às várias crises de paradigmas, às crises epistemológicas, em contraste com a expectativa de pesquisa, as incursões etnográficas forneçam um método para encontrar, às vezes de forma quase paralisante, o que não imaginávamos procurar.

Novas questões, injunções inesperadas, justaposição de fenômenos, constelação de sentidos insuspeitados, trajetórias que se cruzam (tal como se cruzam continuamente observação e análise) fazem das etnografias – e das etnografias urbanas em particular – um método que responde à contínua necessidade de não redução da multiplicidade e dos hibridismos das cenas urbanas, das explosões e das surpresas que nascem das observações de campo e da impossibilidade de sua redução às formas de cristalização em dimensões modelares ou categoriais.

Para além do imprevisível, da surpresa que a observação de campo nos traz continuamente, a inversão etnográfica, a precedência do que foi apreendido em campo, as dimensões exploratórias, as incursões e as voltas campo, colocam ainda como enorme desafio definir a amplitude das informações de pesquisa. Assim, é preciso ter em conta que as idas a campo têm como pressupostos as perguntas que se desdobram sobre o previsível e o imprevisível que provêm muitas vezes das expectativas ou pressupostos que levamos para o terreno de observação. Mas a verdade que parte dos resultados das incursões etnográficas se origina do que era impossível antever ou do que foi insistentemente negligenciado em outras descrições e análises, quer porque desarrumava o edifício das formas e processos de explicação, quer porque obedecia a um regime de visibilidade que simplesmente impedia a constatação e observação de corpos, práticas, sentidos e relações. Dessa perspectiva, os procedimentos da etnografia podem permitir que se leve em conta o que foi negligenciado ou não visto nas fronteiras de interação entre pesquisadores(as) e contextos de observação

“O momento etnográfico é uma relação(...) Poderíamos dizer que o momento etnográfico funciona como exemplo de uma relação que junta o que é entendido (que é analisado no momento da observação) à necessidade de entender (o que é observado no momento da análise). É claro que a relação entre o que já foi apreendido e o que parece exigir apreensão é infinitamente regressiva, isto é, ela desliza por todos os tipos de escala (e, mesmo na escala mais mínima, a observação e a análise contêm, em cada uma delas, a relação entre as duas). Todo momento etnográfico, que é um momento de conhecimento ou de discernimento, denota uma relação entre a imersão e o movimento.” (STRATHERN, 2014, p. 350)

Quando se trabalha com cenas urbanas, quando são as relações na e com a cidade o que queremos apreender, os longos períodos de pesquisa etnográfica ganham densidade própria. E isso porque somos, nesse caso, sujeitos partilhando a condição urbana com outros sujeitos, que habitam as cidades e que são habitados por elas. Partilhando essa condição, a condição urbana dos interlocutores e pesquisadores da cidade colocamos outras questões em relação ao que se vê e não se vê – chamado em outro lugar de regimes de visibilidade (RIZEK, 2016), diante da constatação das diferenças flagrantes entre o que um sujeito e interlocutor nos mostravam e o que éramos (in)capazes de ver. Mas também há regimes de verdade partilhados ou não. Esses elementos – o que se vê e o que não se vê, o que se julga ser verdade e o que permanece pouco legível ou pouco compreensível – para além de exigir enorme respeito pelos habitantes das cidades e bairros que estudamos, pelas formas por meio das quais conferem plausibilidade ao mundo e a uma leitura do mundo – colocam algumas dificuldades que se encontram na natureza da descrição etnográfica, nas perdas e reconfigurações por meio das quais, a partir do que compartilhamos em campo, encontramos, analisamos e desenvolvemos na escrita configurada como um segundo campo. O que partilhamos e, em seguida, o que necessariamente deixaremos de partilhar completamente, conformam então as perdas, os momentos difíceis de escolha, os trânsitos escalares, que assolam quem quer que se dedique a lançar mão dos procedimentos etnográficos para entender (e se entender) nos contextos, fluxos e modos de viver a cidade e na cidade. “Pode-se dizer, na verdade, que as relações são o que faz as pessoas “verem” o que quer que elas vejam.” (STRATHERN, 2014)

A seguir apresentamos 3 descrições que advêm de incursões em territórios de ocupação e precariedade na cidade de São Paulo, que se inserem em três contextos de pesquisa diferentes, cujos relatos são apresentados por cada uma das autoras do presente artigo, com aquilo que conseguimos “ver” a partir de um conjunto de relações, assim como com os elementos que parecem atravessar esses 3 territórios, elementos comuns e práticas singulares que podem levar a um outro conjunto de indagações para além de cada situação de pesquisa, de cada ponto no espaço formado pela cidade realmente existente nos momentos finais da crise sanitária, entre agosto de 2021 e abril de 2022, mas no centro de uma longa crise econômica e política que faz ser trabalho em cada situação de pobreza e precariedade e em seu severo agravamento por uma conjuntura marcada pela violência - de Estado, pelas execuções e mortes continuamente normalizadas, por uma exceção cotidianamente normalizada.

2. Diário de campo - Cidade Tiradentes (agosto de 2021)

Cheguei num sábado de agosto em Cidade Tiradentes, depois de um ano e meio de pandemia. Mais uma vez me surpreendi pelo que não vi na última visita. Uma surpresa atrás da outra me esperavam. A primeira foi constatar uma ocupação que poderia ser classificada como completamente irregular, com alto risco de deslizamento, com corredores que se transformaram em escadas de acesso a casas empilhadas, uma em cima da outra. A ocupação já estava lá por ocasião das últimas visitas a campo (que ocorreram em 2019) ainda que fosse inteiramente invisível aos meus olhos. Como a frente da avenida que dá acesso ao Centro Cultural do bairro é ocupada por uma nova e grande escola, era impossível enxergar esse aglomerado verticalizado na beira do córrego. Ao seu lado, o gigantesco edifício Centro Cultural chama a atenção de quem passa já que destoa do entorno. Visitei o local inúmeras vezes, assistindo a espetáculos e filmes, entrevistando trabalhadores. No entanto essa ocupação tinha se instalado há décadas, perdida

num mar de casinhas horizontalmente dispostas e entremeadas por equipamentos cujo desenho emoldura a paisagem. O acesso às casas dessa ocupação não se faz pela avenida de maior movimento e visibilidade. É preciso subir uma ladeira por uma rua que tem dois lados, aí sim, fáceis de serem diferenciados. De um lado – apesar das extensões e puxadinhos, completamente “formalizada” já que produzida como parte de um conjunto habitacional que compõe Cidade Tiradentes. O outro lado da rua, atrás de cada fachada uma trama verticalizada, totalmente “informal”, de risco, ilegal com entradas/escadas a cada 4 ou 5 casas que conduziam às moradias localizadas abaixo.

A cena da chegada já enunciava a realidade da viração potencializada: do lado “formal” um lava rápido que de rápido não tinha nada. Era um homem jovem e sem camisa lavando manualmente os carros ao som de um funk ensurdecedor.... Do lado “informal/ilegal/de risco”.... objeto da pesquisa com meus alunos do curso de Arquitetura de São Carlos uma loja de materiais de limpeza doméstica com o nome de Shoptime (nome fictício). A loja tem cartão de apresentação, está nas redes sociais e é de um senhor que aprendeu na internet a produzir o que vende em garrafas PET. Ele foi nosso guia na visita e nos levantamentos dessa ocupação que conta com cerca de 2000 pessoas. Ao lado da loja que exibia os produtos em estantes bem organizadas e cheias de garrafas com alvejante, desinfetante, águas perfumadas para limpeza entre outros produtos, uma casa/sala alugada para um templo pentecostal. Um pouco mais adiante um salão de cabelereiro aberto e com vários clientes. Nesse pedaço do bairro não havia sinal de pandemia em pleno agosto de 2021.

Começamos a visita com o seu Bernardo (nome fictício), dono da loja de produtos de limpeza, pelo lado do córrego para podermos ver o que era impossível perceber pelo ângulo da rua. O caminho era acidentado. Não há canalização nem qualquer forma de tratamento, as margens acumulam muito lixo e uma boca de saída da água, embaixo da avenida, estava obstruída. As margens eram ao mesmo tempo, depósito de lixo, esgoto e lugar de convívio de animais, como algumas vacas que foram as primeiras a nos receber. Alguns passos adiante chegaram os “irmãos” perguntando quem éramos e o que estávamos fazendo ali. Explicamos a eles o processo de levantamento das casas e famílias e seu Bernardo tranquilizou primeiro um rapaz e depois todo um grupo deles, encarregados de fazer a abordagem. A aproximação mostrava que o pedaço tinha dono e que tínhamos sido notados desde a chegada. Tendo tranquilizado o grupo de homens que negociava no muro do centro cultural, pudemos constatar as transformações recentes do local, que vinham ocorrendo no período da pandemia...

Das margens do córrego notavam-se muitos barracos instalados há pouco tempo, praticamente em cima do córrego. Eram famílias que “saíram do aluguel” e não tinham para onde ir, sobretudo pelo desemprego e pelo alto custo das casas em relação aos rendimentos mensais. Havia assim, mesmo num pedaço pequeno de um bairro tão periférico como Cidade Tiradentes, uma cena cheia de desigualdades: casas de alvenaria, mais consolidadas e distantes do córrego, casas de alvenaria que funcionavam como pontes em cima do córrego, barracos com madeirite e tecidos como paredes e divisórias muito próximas da linha de enchente que teriam resultado do encolhimento de todas as fontes de renda durante a pandemia e da explosão no valor dos aluguéis. Ladeamos o centro cultural e conseguimos assim ter uma visão panorâmica da ocupação, de suas precariedades e de sua heterogeneidade.

Na conversa, Seu Bernardo contou como conseguiram do prefeito Celso Pitta a garantia de não remoção, durante a inauguração de uma escola, na parte “regular” do bairro promovida e construída pelo Estado. Afirmou muitas vezes “estamos aqui sozinhos ... é nós por nós”. Mostrou a extrema vitalidade do comércio local, a todo vapor num sábado pela manhã: mulheres, crianças, gente idosa, andando e comprando o que era possível. Do lado do córrego, muita gente trabalhando em casa... A manhã já ia alta quando chegaram as lideranças do movimento de moradia com quem tínhamos feito contato. Estavam atrasados. Mostraram alguns resultados do trabalho em mutirão, discutiram os casos mais recentes de violência, contaram do assalto à assessoria técnica de um mutirão verticalizado bastante conhecido, recuperaram a memória de

lutas e de associações que remontam invariavelmente à esquerda católica e sua atuação nas periferias de São Paulo. Rememoraram alguns dos exemplos mais emblemáticos do trabalho coletivo de construção por mutirão, assim como o trabalho de ONGs responsáveis pelo acompanhamento de crianças e adolescentes, cujas direções são membros dos conselhos municipais. Apontaram ainda os vasos comunicantes entre os mutirões e os ‘irmãos’ “eles lá e nós aqui ... respeito né?” Mas também denunciaram fachadas e agressões, acertos de contas, tentativas de acionar a polícia, sua ausência permanente, ‘salvo quando vem pegar o deles’.”

3. Caderno de campo - Grajaú, Zona Sul de São Paulo (novembro de 2021 a maio de 2022)

3.1 Cena 1 - a auto urbanização ou a autoconstrução assessorada

A ocupação está localizada na região do Grajaú, na subprefeitura da Capela do Carmo. Iniciada em 2013, conta hoje com cerca de 1.200 famílias, número esse que, de acordo com a liderança local, cresceu significativamente ao longo da pandemia de Covid-19, com a subdivisão dos já bastante diminutos lotes. Está inserida na área do PAC Mananciais, em uma área anteriormente de mata atlântica abundante, que foi sendo progressivamente derrubada para dar espaço a barracos de madeirite, lona e compensado. O terreno que abriga a ocupação é de propriedade de uma organização não governamental (ONG), fundada por um proeminente arquiteto paulistano, que mantém atividades sociais especialmente com crianças e adolescentes em uma pequena parcela do terreno e disputa principalmente os aspectos de preservação ambiental da área.

A Ocupação é acompanhada por uma assessoria técnica, que deu início ao processo de regularização fundiária do terreno, anteriormente intermediado por uma empresa privada, trazida até comunidade por políticos do campo progressista, em aliança com uma antiga liderança local. Foi no processo de saída da empresa privada de regularização fundiária que, por intermédio de um importante movimento social de luta de luta por moradia, a assessoria técnica entrou na ocupação. No aspecto jurídico, com a mudança da legislação em 2017, o processo consiste em enquadrar a área em um dos tipos de regularização fundiária - nesse caso como REURB-S (regularização fundiária urbana de interesse social) - e dar entrada no pedido de regularização.

Em contato com o proprietário, a assessoria, junto à associação de moradores, conseguiu a concordância em ceder o terreno para a ocupação, firmando um termo de cooperação assinado pelas partes. Em 2014, pouco após o início da ocupação, a ONG entrou com um pedido de reintegração de posse, que foi sendo negociado, inicialmente em contato com a Universidade de Michigan e posteriormente com a Assessoria. A mediação feita entre a ONG e a associação de moradores da ocupação pela Assessoria teve como resultado a elaboração de um termo de cooperação mútua, em que as partes concordam com a consolidação da regularização fundiária da ocupação, contanto que siga o Plano Popular de auto urbanização elaborado pela Assessoria em conjunto com os moradores e validado pelos proprietários, que prevê a divisão da área em cerca de 1.100 lotes, sem possibilidade de expansão desse número - referente ao levantamento social em 2019. O plano prevê também o plantio de árvores nativas e a restauração de área de preservação ambiental nas margens do córrego que corta a ocupação.

Em reunião da assessoria com a associação de moradores o vice-presidente da associação, insistiu fortemente pela necessidade de ampliação dos lotes previstos para a ocupação, considerando seu intenso crescimento em decorrência, segundo ele, da pandemia de covid-19, que fez com que muitas famílias que viviam de aluguel fossem despejadas, ocasionando um adensamento considerável. A proposta era de ocupar a área que eles chamam de “campinho” e que, no plano e no acordo firmado, segue pertencendo à ONG.

Em 2016, pouco após o início da ocupação, a ONG entrou com um pedido de reintegração de posse que teve impactos (negativos) na densidade da ocupação e, especialmente, (positivos) na sua organização, que passou a se consolidar para enfrentar a ameaça de remoção que passava a se desenhar. É nesse período que se dá a entrada da Universidade de Michigan na ocupação, que, em 2018 faz a mediação da desocupação da margem do córrego que corta a ocupação e

financia a construção da sede da associação de moradores que, além de ser o espaço de realização das atividades da ocupação - assembleias, reuniões da associação, cadastro dos moradores e formações - abriga atividades de contraturno com crianças e adolescentes, organizadas pelos próprios moradores junto a voluntários e como atividades religiosas, protagonizadas pela igreja evangélica, com espaço de evangelização infantil que acontece aos sábados à tarde, se encerrando com um pequeno lanche. A sede da associação divide parede com uma pequena igreja católica, sempre com a abertura de “novas turmas de crisma” - conforme placa na fachada, presente em todas as minhas idas a campo.

Do ponto de vista urbanístico, o processo de regularização fundiária é, sem dúvida, o mais oneroso. Além da infraestrutura de serviços urbanos como escolas, postos de saúde, meios de transporte público, áreas de lazer, entre outros, é também neste ponto que devem ser feitas mudanças estruturais no espaço físico para a consolidação da ocupação. A regularização dos serviços de saneamento, como água, energia e esgoto, além de demandar investimentos (sejam eles públicos ou das empresas como Enel, Sabesp etc.), onera diretamente os moradores, que passam a ter que incluir em seus apertados cálculos de despesas mensais, gastos com água, energia e esgoto. Em uma das idas a campo, um dos membros da assessoria me relatou que em visita da SABESP, quando era discutida a possibilidade de implementação da infraestrutura de água e esgoto na ocupação, um dos servidores o questionou se eles tinham o contato de um importante vereador paulista, conhecido especialmente na Zona Sul da cidade, que “só assim (em contato com ele e a família) conseguiriam que a infraestrutura fosse implementada”.

Para a realização da etapa urbanística da regularização, a assessoria realizou, entre 2019 e início de 2020 (antes da pandemia de covid-19) um levantamento das unidades e do perfil das famílias, para realização de um plano popular que respondesse às necessidades dos moradores da ocupação. Chegou-se a um lote médio de 60m², a partir do qual foram propostos alguns modelos de planta, considerando lotes de 6x10m, 4x15m e 5x12m, o que indica a possibilidade de construção de sobrados para compartilhamento de habitação e comércios/serviços, sem que uma família ocupe mais de um lote. Todo esse trabalho realizado pela assessoria foi financiado com fundos próprios e da Universidade de Michigan, não havendo, até o momento, investimento público para a realização da urbanização da ocupação. Em 2022, a continuidade da atuação da Assessoria na ocupação foi viabilizada com o financiamento do CAU/SP e a entrada de recursos de uma ONG de habitação popular para a construção de 51 núcleos habitacionais em alvenaria, o que ampliou significativamente a frequência e a quantidade de profissionais da assessoria na ocupação. Desde o fim de março de 2022 vêm sendo iniciadas as obras dessas casas que são, na verdade, núcleos compostos por um banheiro e um cômodo, feitos em alvenaria com recursos da ONG latino americano de habitação popular e dos próprios moradores. O projeto, desenvolvido pela assessoria, foi contemplado em um edital da ONG latino americana que destina recursos para compra de materiais. A assessoria, junto a comissão de moradores, avaliou que não era viável a construção das unidades somente em regime de mutirão e optaram por um modelo híbrido, aliado a um curso de formação de pedreiros, destinado aos moradores da ocupação. Ao todo serão construídas 51 unidades que, no projeto, preveem a expansão posterior para abrigar a família já no lote demarcado no projeto de auto urbanização. Cada morador contemplado deve fazer uma contrapartida em materiais para a ONG latino americana no valor de R\$830,00, pagar a mão de obra dos pedreiros e do mestre de obras - R\$2.500,00 -, além de trabalhar um número determinado de horas nos mutirões que vem ocorrendo para desmonte dos barracos e limpeza dos lotes nos quais as casas serão construídas. Com essa contrapartida, o projeto que, imaginava-se, deveria atender as famílias mais precarizadas, acabou por ser destinado àquelas que têm condições de arcar com a despesa de R\$3.330,00 - divide em 5 parcelas - e trabalhar aos fins de semana nos mutirões. A construção das casas conta com uma primeira etapa que é o curso de formação dos pedreiros, construindo duas unidades modelo que serão reproduzidas nas outras 49 unidades - totalizando as 51 “casas” previstas no projeto.

No que diz respeito ao saneamento da ocupação, apesar das inúmeras solicitações por parte da associação e da assessoria, a implantação da rede de esgotamento sanitário ainda não foi efetivada. Esse serviço é muito urgente para os moradores que atualmente usam fossas de construção própria, que já estão saturadas e que são frequentemente danificadas pela passagem de automóveis sobre as ruelas e ruas não asfaltadas. A ocupação é margeada por uma escola e um posto de saúde, bem como pela sede da ONG, o que faz dela um vazão de saneamento - pauta constante das reuniões dos moradores, que reclamam do odor e das condições sanitárias precárias, especialmente depois de chuvas fortes. O chamado trabalho de auto urbanização proposto e acompanhado pela Assessoria, consiste em processo no qual os moradores, serão responsáveis por fazer a urbanização da ocupação, sem contar (ou demandar) fundos e/ou auxílios públicos. Em última instância, isso significa dizer que toda a etapa urbanística do processo de regularização da ocupação será feita sem a participação do poder público, no que podemos chamar, na prática, de uma gestão por parte da assessoria de um processo de autoconstrução.

3.2 *Cena 2 - a briga*

Era um dia de mutirão na ocupação. Estava junto com os moradores que serão contemplados com unidades habitacionais de alvenaria por uma ONG latino americana de habitação popular e com os arquitetos e estagiários de arquitetura da Assessoria desmontando parte de um barraco para a liberação de um lote onde será construída uma dessas unidades. A liderança da ocupação também estava presente e eu estava próxima a ele, conversando, quando um morador se aproximou de nós, de forma muito agressiva, acusando a liderança de ameaçar destruir sua casa. A casa ficava ao lado do barraco que estávamos desmontando e os dois, gritando um com o outro, adentraram a mesma e fecharam a porta - atitude que não fez diferença alguma, uma vez que as finas paredes de madeirite deixavam escapar toda a discussão que se dava lá dentro.

O trabalho foi interrompido e algumas das moradoras entraram no barraco onde ocorria a discussão e, discretamente, começaram a retirar todos os objetos à vista que pudessem ser usados como armas - ao menos 5 facas foram tiradas da casa e escondidas por um dos vizinhos. Foram longos minutos de gritaria até os ânimos se acalmarem. Ao fim da discussão, a liderança esclareceu que nenhum barraco seria demolido sem que os moradores fossem notificados e que esses, na realidade, deveriam sempre participar do processo. Os dois, a liderança e o morador que o estava acusando subiram até a associação de moradores, onde sentaram com membros da Assessoria que fazem a mediação de conflitos na ocupação e assinaram um termo de consentimento: todos estavam cientes e de acordo com o processo de auto urbanização. Quando os dois subiram as moradoras que acompanharam a discussão, ainda que sobressaltadas, não pareceram surpresas. Segundo me relataram, conflitos assim acontecem sempre que a urbanização chega muito perto de áreas do PCC.

A presença do PCC na ocupação, em nenhum momento, foi explicitada claramente. Todas as vezes em que houve relatos que envolvessem o PCC eles descreviam acontecimentos. Disseram que não tem nenhum irmão do “partido” muito forte na ocupação e que quando eles têm conflitos internos alguém de fora é encaminhado para lá.

A violência e a morte são dinâmicas que fazem parte do cotidiano dos moradores, processos aos quais são expostos constantemente, desde antes da chegada na ocupação, mas muito intensamente desde então. Os moradores mais antigos relatam que quando eles ocuparam o terreno, era cavar qualquer buraco de mais de meio metro que achavam um corpo. Por se tratar de uma região de mata adensada, era um espaço frequente de desova de corpos desde os violentos anos 1990 na região. Achar ossadas ainda faz parte do dia a dia dos que trabalham com construção civil no lugar - seja para terceiros ou em regime de autoconstrução. Em um dos dias de mutirão, os moradores encontraram uma “faca de presídio” ao cavar o que seriam as fundações de uma das casas. A faca, que desapareceu pouco tempo depois de ser encontrada, reviveu essa história das ossadas e um dos mutirantes me explicou que o modus operandi é cavar mais fundo

e esconder de volta. Ninguém chama a polícia, ninguém avisa ninguém. Nenhum morador vai pedir pra polícia entrar na ocupação, a não ser em casos de extrema urgência, primeiro porque a entrada da polícia representa um risco em si e, segundo, porque isso pode ter como consequência conflitos com o crime. As facas, corpos, ossos e conflitos ficam dentro do perímetro, só mais pra baixo da terra, escondidos, onde pouco se fala sobre eles.

4. Caderno de Campo Osasco – Ocupação Promessa

Em 23 de dezembro de 2021, numa quinta-feira, a cidade de São Paulo já desacelerava para as festas de Natal e, mesmo com pouco trânsito, o tempo de chegada da zona sul da metrópole ao bairro da ocupação Promessa, foi de 50 minutos de carro. Ao final de uma estrada arborizada, rodeada por uma paisagem de grandes terrenos industriais e atividades de logística, se avistam as primeiras casas da Ocupação Promessa. Para algum desavisado que transite pelo bairro, é impossível imaginar que existam cerca de 500 famílias que ali habitam. Extensos terrenos ocupados por grandes galpões e um movimento intenso de caminhões, configuram a área como um local de produção industrial, em parte desativada, em parte em atividade e, mais recentemente, atividades relacionadas ao setor de logística, usos justificados pela proximidade à rodovia Anhanguera e ao polo Anhanguera/Bandeirantes com acesso ao Rodoanel e às marginais. É importante observar que o zoneamento da cidade prevê que o bairro seja uma área de uso exclusivamente industrial.

As ruas em terra batida se conformam por uma alternância, não regular, de casas de alvenaria e barracos de madeira. Materiais de construção são comuns de serem vistos em frente às casas de alvenaria, uma vez que boa parte delas não está finalizada. Alguns homens conversavam em frente aos seus carros, mas o lugar não parecia movimentado, embora o relógio já marcasse 10:50 da manhã. A ausência de movimentação nesse horário, e pelas outras 3 horas que perdurou a visita, confirma que o local se esvazia nos horários comerciais de trabalho, possivelmente pela baixa diversidade de usos no entorno, incapaz de oferecer empregos para a população dali. Em razão disso, é comum observar anúncios de serviços e comércios oferecidos pelos próprios moradores, que variam entre cabeleireiros, barbeiros, bares, pequenas mercearias, venda de sorvetes e doces caseiros, materiais de construção e consertos domésticos, mecânicos etc.

Certamente a ausência de qualquer tipo de atividades e serviços originaria um comércio interno na ocupação, sobretudo porque uma parte considerável de seus moradores trabalharam em muitas funções ao longo de suas trajetórias de emprego. A crise decorrente da pandemia de covid-19 implicou na queda de empregos entre os habitantes da ocupação, bem como no aumento da dificuldade de manutenção da vida. Assim, oferecer serviços aparece como uma possibilidade de complementação de renda. Muitos dos moradores não têm emprego fixo e sobrevivem com bicos, empregos informais e a minoria com benefícios sociais como Bolsa Família, aposentadoria e auxílio-doença. De acordo com as fichas cadastrais, 52% das 537 que completaram o formulário de cadastro aplicado pela Associação de Moradores têm emprego, das quais 47,3% 26 trabalham com CLT. Assim, entre essas que recebem salário fixo, a média de renda mensal por pessoa é de R\$1206. Os trabalhos mais comuns entre os homens são, nessa ordem, de ajudante geral, pedreiro, “autônomo”, motorista, operador (de máquina, guincho, caixa, rebobinadeira), segurança/vigilante, carregador e cozinheiro. Entre as mulheres, de auxiliar de limpeza, cozinheira/ajudante de cozinha, empregada doméstica/diarista, ajudante geral, auxiliar de produção, “do lar”, “autônoma”, manicure e vendedora.

Observa-se, portanto, que as ocupações relacionadas à construção civil acabam por serem empregadas também dentro da ocupação, onde o morador constrói sua própria casa nos dias de descanso, ou ajuda na construção das outras casas que estão em formação na região, retomando a longa discussão a respeito dos mutirões de autoconstrução, colocada por Francisco de Oliveira (2006), que, nas especificidades do local, aparecem na forma do auto empreendimento da casa própria, fortalecido pelos movimentos de moradia.

Com incertezas do período pandêmico, as doações foram minguando e os moradores precisaram contar um com o outro para conseguirem sobreviver. Existe uma rede de apoio importante entre eles, possivelmente entre uns mais do que outros, e muitos deles distinguem e se compadecem com situações mais precárias de algumas famílias em situação mais dramática do que as demais. No entanto, a grande maioria, se não todos, carece de ajuda para manterem suas necessidades de sobrevivência, bem como de seus filhos e outros familiares. Assim, a escassez das doações de cestas-básicas propiciou o surgimento de atividades de capacitação dos moradores da ocupação, oferecida pelo movimento Luta Popular. Aulas de corte e costura pretendem capacitar as moradores à produção e conserto de vestimentas, máscaras ou qualquer outro tipo de produto para independência financeira.

Organizada pelo Movimento Luta Popular, tendo uma relação bastante próxima com o PSTU, além de ser filiado à Central Sindical e Popular Conlutas, se revelam questões politicamente estratégicas que, no mais das vezes, se diluem ou se ocultam sob sua transcrição nos termos de um suposto empreendedorismo social, que chama a atenção de empresas e fundações privadas, expandindo sua presença e influência sob a cobertura dessa forma de empreender e através da prática da filantropia empresarial. As aulas são motivo de orgulho para a organização da ocupação, como proposta para emancipação dessas mulheres que dependem exclusivamente das ações filantrópicas para sobreviver.

É verdade que, diante do aumento do desemprego, da pobreza e da fome, capacitar os moradores para exercerem suas próprias atividades rentáveis é uma saída que pode conferir autonomia financeira à algumas famílias, sobretudo àquelas que conseguem se alimentar somente se recebem auxílios do governo ou doações filantrópicas. No entanto, ainda que seja uma solução de emergência, acaba por se desdobrar em formas de ativação e capacitação de uma parcela muito vulnerável, envolta num processo de luta social que acaba se encontrando na encruzilhada entre emergência vinculada à sobrevivência e luta por moradia. O que se tem por trás dos cursos de capacitação nos territórios populares e do discurso de emancipação financeira dessas populações tangencia o empreendedorismo e o empreendedorismo social e cultural, assim como o empresariamento de si. Apesar disso, esse tipo de solução esconde suas causas mais profundas. Talvez seja possível encontrar, nesse processo, a face produtiva dessas novas dimensões que transformaram os territórios de pobreza em ativação, em territórios de assimilação e de inserção plena nas dimensões do “mercado” e do negócio, do empreendimento, auto empreendimento.

Cabem ainda algumas considerações a respeito de processos que passariam necessariamente por programas de combate à pobreza, pela naturalização da focalização e constituição de demandas e de públicos-alvo, pela contagem, mapeamento, localização territorial da pobreza, pelo cálculo e modos de investimento. Mesmo que, como Denise Sordi aponta, essas dimensões de programas e políticas vinculadas ao lulismo estejam em franco desmonte, deixaram um legado um tanto roto, mas naturalizado. Os auxílios e programas comporiam assim uma espécie de cesta que incide sobre as possibilidades de sobrevivência somadas às formas de solidariedade. Pode-se pensar aqui o que Verônica Gago - em seus estudos sobre La Salata define como “pragmática vitalista”.

Além da “sala de costura” e do espaço das assembleias e reuniões, a ocupação conta com um terceiro espaço coletivo, intitulado “espaço Griot”, configurado como o espaço de cultura onde se armazenam os livros doados para a ocupação, sobretudo livros infantis e onde se encontram alguns brinquedos com os quais as crianças podem brincar conjuntamente. Percebe-se que esses três espaços são espaços de formação, seja ela política, cultural ou profissional e carregam sempre as bandeiras do movimento social e do partido a que se filia. Esses espaços de uso coletivos foram construídos a partir de doações de entidades e pessoas, bem como algumas reformas e reparos que a estrutura exige.

No topo do morro, no chamado "campo", se encontra o elemento espiritual bastante presente na dinâmica da ocupação e da vida cotidiana dos moradores: uma construção, também em alvenaria, com espaço para cerca de 30 pessoas, uma igreja Assembleia de Deus. As atividades da igreja não se entrelaçam aos eventos políticos e de formação promovidos pelo movimento social, quase como se as duas forças caminhassem separadas naquele mesmo local. No entanto, nas falas dos moradores ganham força as expressões que clamam pelo poder divino.

As andanças pelo bairro revelaram uma diferença bastante significativa entre as condições de borda das ruas e "quarteirões" e os "meios ou miolos de quadra" visivelmente muito mais precários do que as "fachadas" da ocupação, que acabam se constituindo como suas vitrines, capazes de esconder outras dinâmicas que se desenrolam nos seus locais mais precários.

A ocupação Promessa já conta com 8 anos de existência e passou por um processo de reurbanização, em 2016, após um grande incêndio clandestino, realizado pelos próprios moderadores, ainda que os procedimentos de regularização estejam em andamento sem previsão de conclusão. Mesmo em meio a um conjunto de severas precariedades que perpassam a ocupação, o setor C apresenta condições mais precárias em relação aos outros. Por isso, a partir do projeto intitulado Mitigação dos conflitos fundiários: ocupação Ribeirão Vermelho e Ocupação Promessa– Osasco, São Paulo, viabilizado pelo CAU-SP, a assessoria acompanhará as obras de reurbanização do setor, uma vez que a área também oferece riscos de deslizamento. Apesar de existirem algumas construções em alvenaria, a maior parte das casas permanecem como barracos cobertos por madeira, plástico ou até mesmo tecidos. O acesso à água também é difícil, contando com uma caixa d'água, e com estruturas de condução de água e esgoto que passam pelas vias de transitáveis.

Se existe uma parte da ocupação que se coloca como sua vitrine, o setor C seria seu oposto. O acesso do setor A aos outros é dado por ruas mais largas e mais bem estruturadas, onde se encontram alguns dos serviços ali prestados. O acesso ao setor C se dá por uma estreita viela entre duas paredes cegas de alvenaria. É visivelmente a parte mais precária da ocupação e, de acordo com M., o local onde moram as famílias em condições mais precárias de sobrevivência. As andanças por ali, bastante dificultadas pelo estreitamento das vias e pelo solo irregular de pedras soltas, entulhos e canos expostos, pareceram revelar algo que não se fez presente nem nas falas de M. nem nas ruas-vitrines.

Ao adentrar o setor C, dois meninos, aparentando cerca de 9 e 11 anos de idade, caminharam pelo local e se fizeram presentes até a despedida. O mais novo andava à frente e dava ordens ao mais velho – "vai por ali", "agora faz esse caminho", "vem... anda rápido, mas não corre" - que carregava um pedaço de madeira como se portasse uma arma. Ambos pareciam fazer a vigia do local, trocando algumas conversas e espiando por trás de um ou outro obstáculo. Algo que parecia uma brincadeira de criança, passou a se revelar como uma possível vigia quando saíram de casas diferentes alguns jovens, próximos de 20 anos, para observar nossa passagem. Vestiam camisetas largas, bermudas e boné, sem disfarçar os olhares de desconfiança à nossa presença. Parece existir ali, como em todas os outros territórios, a presença do tráfico ou ao menos do que se pode reconhecer como o "Correr" com o tráfico.

Como avalia Gabriel Feltran, com as transformações que aconteceram nas periferias paulistas durante as décadas que se estenderam desde os anos 1970, aspectos como religião, família, trabalho e representação política passam a se relacionar diretamente com uma esfera de sociabilidade antes construída como totalmente oposta à figura coesa do "trabalhador", que ao longo do tempo passou a conviver e tensionar esses sujeitos e instâncias legítimas nos territórios periféricos, inaugurando uma sociabilidade do "mundo do crime". Para o mesmo autor, no contexto brasileiro, ao lado das políticas estatais, o "mundo do crime" e as agências neopentecostais aparecem como dois "regimes normativos" inseridos como governo das margens (e pelas margens), para citar Veena Das, oferecendo novas formas de administração e subjetivação dos sujeitos que compõem essas margens.)

5. Entrelaçamentos

As três situações descritas podem ser lidas à luz de um agravamento da precariedade e da pobreza em suas expressões urbanas conformando as condições de vida de parcelas crescentes das populações que habitam as porções periféricas na cidade de São Paulo. Alguns dos elementos que atravessam as três situações parecem se enredar uns aos outros, apesar das especificidades de cada ocupação. Talvez a primeira característica que salte aos olhos surja do fato de que a presença de um movimento social organizado faz pouca diferença em termos das formas e condições de moradia, sua severa precariedade, suas formas de desigualdade internas. Dessa perspectiva talvez seja necessário desmanchar alguns pressupostos inerentes à classificação que separa as “jovens ocupações” das demais. Assim a ocupação no Grajaú e a Promessa – a primeira ao sul (território da cidade que já nasceu como periferia) e outra em Osasco (bairro/município industrial de natureza industrial e fabril que nasceu como subúrbio e foi sendo objeto de um processo de periferização acentuado pelo encolhimento da atividade industrial e pelo crescimento dos “polos logísticos”) tem condições de moradia semelhantes, com adensamento proveniente da impossibilidade de arcar com as despesas de aluguel. O mesmo se pode dizer da ocupação (palavra que substitui, eufemizando, os processos de favelização) no interior do tecido urbano de um bairro inteiro produzido pelos conjuntos habitacionais da COHAB. Desemprego e viração, precariedade extrema associadas à condição de incapacitação por velhice ou por doenças se combinam numa espécie de explosão das formas anteriores de trabalho ou mesmo de seus horizontes como possibilidades de integração. Ao lado dessas características, é possível observar uma explosão das periferias para além de seus limites anteriores, pela ocupação de áreas vazias ou pouco visíveis que acabam por conformar toda uma nova tessitura. O que há de novo, para além do que se pode apreender a partir das descrições do final do século XX ? (CAMARGO et al, 1979)

Apreender processos que estão presentes nessas ocupações permite perceber o que têm de comum, ainda que devidamente modulado nas especificidades locais, como modos de governo plurais, que compõem mosaicos e composições diversas entre si. O primeiro elemento muito evidente é a presença do tráfico em sua face paulista e paulistana em todas as situações. Essa presença explicitada como modo de recepção, de controle da presença e da permanência de “estranhos”, com um caráter de vigilância explícita, parece indicar o que Feltran (2018) caracterizou como figuras envolvidas com um “correr com o PCC” mais do que de figuras de maior importância, mesmo que elas possam estar (ou não) em cada uma das situações descritas. De certo modo, pode-se assinalar regimes de visibilidade diferentes para jovens que gesticulam como se tivessem armas e membros de escalões superiores da organização e suas práticas. Mas é importante registrar que esse é um elemento que não só está presente como se dá a conhecer nas primeiras negociações de entrada em campo.

O segundo elemento que atravessa as três situações distinguindo-as do ponto de vista do conjunto de seus atores é a presença dos movimentos de moradia. Há aqui uma diferença entre os chamados movimentos de moradia “clássicos” - vinculados aos mutirões e à proposta de produção autogestionária – como a União dos Movimentos de Moradia - e os mais recentes, especialmente MTST cuja proposta de ocupação de terrenos não se vincula à produção de unidades por autogestão. No período mais recente, os movimentos têm adotado como estratégia de luta as ocupações de edifícios desocupados em regiões centrais, ainda que sigam presentes em inúmeras ocupações horizontais nas periferias, mas de maneira geral, com uma entrada posterior à ocupação das terras. Em nossas situações, apenas a Ocupação Promessa tem vínculos orgânicos com um movimento de moradia, o Luta Popular. Ainda que haja um conjunto de atividades voltadas para geração de renda, educação e cultura – sobretudo voltadas para as mulheres e crianças, as condições gerais de desigualdade interna e de extrema precariedade dos miolos de quadra são exatamente as mesmas. A ocupação tem já 9 anos, há perspectivas de conquista da propriedade do terreno e há um conjunto de atividades de publicização das ações e se vincularam a essa

conquista, mesmo se para uma parcela importante de moradores a questão seja de fato ter a propriedade individual de uma casa, por mais precária que possa ser.

No caso das outras 2 situações descritas, os movimentos de moradia estão ausentes ou têm uma presença apenas tangencial e episódica: na ocupação de Cidade Tiradentes, as lideranças chegaram posteriormente e a permanência teria sido “conquistada” em negociação direta entre a população moradora e o prefeito Celso Pitta na década de 1990; no caso da ocupação do Grajaú, a chegada é também posterior e se conforma pela presença de um advogado popular organicamente vinculado à UMM, que atua nos vai e vens relativos à permanência dos moradores e ameaças de remoção e foi o responsável pelas mediações para entrada da assessoria técnica na ocupação. Assim como a situação da ocupação ao leste, nessa forma de extrema precariedade, além do tráfico, a presença de lideranças políticas vinculadas às trocas de favores e constituição de clientelas tal como se constituíram historicamente nos marcos das formas de sociabilidade política no país ocupam lugar de destaque em troca de legitimidade e voto. Clientelas e infraestrutura urbana aos pedaços, negociadas como mercadorias políticas, comporiam então o mosaico dessas situações na ausência dos movimentos sociais.

O terceiro elemento presente nas diferentes ocupações são as igrejas. As denominações evangélicas de maior porte e/ou as pequenas denominações em templos espalhados pelos quarteirões se combinam, no caso ao Sul, com a presença da Igreja Católica (padres e freiras vestidos com seus hábitos o que parece indicar filiações vinculadas às ordens e às posições à direita do espectro político da Instituição). Também na ocupação da Zona Leste a presença das Irmãs Santa Marcelina se faz notar menos como dimensão religiosa e mais como responsáveis pela OS que detém o controle e a gestão de todo serviço de saúde da região. Alguns moradores trabalham como agentes de saúde ou como atendentes nos vários equipamentos geridos pela ordem religiosa. Mesmo na ocupação marcada pela presença do movimento social organizado, a força das práticas religiosas é enorme, envolvendo lideranças importantes da ocupação nas atividades de solidariedade como distribuição de roupas usadas. Há assim vasos comunicantes que mesclam o ativismo como liderança política e as práticas estimuladas ou vinculadas às denominações evangélicas.

O quarto elemento transversal são as assessorias técnicas. Nesse âmbito, a ocupação mais antiga – a de Cidade Tiradentes, embora em crescimento acelerado em função do empobrecimento da população do entorno durante a pandemia – assiste apenas à presença de um grupo e de um projeto da USP que se propôs a elaboração de um plano de ocupação para o local que assegurasse a permanência de parte considerável das famílias. As outras duas ocupações exibem orgulhosamente nas sedes de suas associações mapas com planos bastante detalhados produzidos por assessorias a partir de editais do Conselho de Arquitetura e Urbanismo. Trata-se assim de um elemento novo e bastante disseminado cuja natureza vale a pena discutir. A presença das Assistências ou Assessorias Técnicas parece ser um elemento cuja expansão pelas favelas, ocupações de terrenos e situações de precariedade habitacional e urbana é notável. Teve origem numa lei (Programa ATME, aprovada em 2008, Lei Federal nº 11.888) proposta por Clóvis Ilgenfritz que asseguraria às famílias com renda de até três salários-mínimos uma “assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social”. Cabe notar ainda que essa expansão da presença das ATHIS teve lugar após o encerramento do PMCMV e de sua modalidade entidades, quase oito anos após a aprovação da Lei de 2008, momento em que o Conselho de Arquitetura e Urbanismo teria decidido que no mínimo 2% das arrecadações em âmbito regional deveriam se destinar às “ações estratégicas de ATHIS” (CAU/BR, 2016). É possível assim acompanhar o argumento de Manaia e Guerreiro (2016) de que seria possível verificar uma mudança nas práticas das Assessorias/Assistências técnicas anteriormente vinculadas a programas públicos e movimentos sociais organizados em direção a uma modalidade de fomento formulado e coordenado por uma entidade de caráter corporativo, parcialmente, mas muito seriamente vinculado a interesses próprios e bastante regionalizados.

Assim nesse mesmo mosaico de códigos e formas de governo, especialmente na ocupação do Grajaú, a Assessoria Técnica parece inaugurar um novo conjunto de relações: a primeira diz respeito especialmente ao que designam como auto urbanização, realizando com trabalho gratuito e “auto gerido” obras de infraestrutura urbana de responsabilidade do Estado em seus entes locais; a segunda diz respeito ao seu protagonismo em todo um conjunto de conflitos e arranjos com os proprietários do terreno que desta vez são ONGs de natureza ao um só tempo empresarial e ambiental. Completa-se então um conjunto de relações entre atores privados pontuados pela multifuncionalidade e multi localidade do Estado com seus equipamentos como escolas e unidades de saúde, tanto a leste como ao sul da cidade (no Grajaú e em Cidade Tiradentes), em bairros constituídos por conjuntos habitacionais de promoção pública pontuados por processos recentes de ocupação de terrenos de propriedade pública e privada sob permanente ameaça de remoção e realocação, compondo o quadro de transitoriedade permanente que atravessa as trajetórias urbanas da pobreza urbana no Brasil. (ROLNIK, 2015)

Os planos de urbanização, a presença dos arquitetos e estudantes de arquitetura organizados em assessorias ou em grupos de extensão universitária, em alguns casos coordenando o quadro de agentes e atores que governamentalizam territórios, deslocando casas, instituindo programas de âmbito local de formação de mão de obra, negociando com ONGs proprietárias e/ou com o Estado parecem apontar para mais uma camada, ainda que muito bem intencionada, de privatizações e encapsulamento dessas situações em seus próprios contextos e territórios.

Assim para além do que aproxima as três situações – a pobreza e a desigualdade, a ameaça continuamente repostada de remoção, a presença do tráfico e das Igrejas, as modulações das práticas filantrópicas vinculadas às Igrejas, a explosão de formas de trabalho e obtenção de renda muito além das formas assalariadas com ou sem carteira, a viração remodelada, remodelada, a presença de lideranças – vinculadas ou não aos movimentos sociais - e a as relações de clientela e suas atualizações, todos esses elementos compostos em campos de força desenham um quadro de possibilidades e impossibilidades de resistência e permanência em torno das manutenção da vida. A essa possibilidade de viver e sobreviver se somam horizontes das pequenas e desiguais melhorias das condições de moradia e, aqui e ali, de geração de renda. A esses processos que nas práticas de extensão universitária e nas Assessorias/Assistências Técnicas recebem o nome de luta, capacidade de resistência, são passíveis de serem identificados como gestão da precariedade e/ou, como aponta Dal Bó em texto recente, gestão da barbárie (DAL BÓ, 2022). Assim a possibilidade estrita de sobreviver, a permanência nos terrenos ocupados, as formas de luta e as de gestão e de governo, não são termos excludentes entre si. Seus sentidos são múltiplos e suas histórias e trajetórias – as específicas e as transversais – não foram/não podem ser completamente descritas e compreendidas sem um aprofundamento considerável das incursões etnográficas. Mesmo assim, reconhecer e apontar transversalidades, compreender os processos que constituem um leque ao mesmo tempo homogeneizador e diversificado de atores e práticas, justapor situações a partir de incursões e descrições etnográficas permite apontar para um conjunto de dimensões que põem mais uma vez em questão a relação tensa e difícil entre as palavras e as coisas – favelas e ocupações, resistência e luta envolvendo gestão e governo, formas extremas de violência e de violência de Estado e negociações de âmbito individualizado, fortemente regionalizado e privado.

Esses elementos envelados se assentam em um quadro de aclimação brasileira a um neoliberalismo autoritário e violento que reafirmou e recompôs poderosos processos de privatização, processos de estrita circunscrição das formas de governo da pobreza ao âmbito privado das ONGs, da individualização no âmbito dos contratos, da gestão violenta do cotidiano pela economia do crime, de uma crescente circunscrição à esfera privada que encolhe e deslegitima direitos, sujeitos de direitos e linguagem dos direitos frequentemente transformando o que poderia ser reconhecido como conquistas anteriores em frentes de atuação profissional ou em nichos de mercado para atuação de categorias como os arquitetos. Poderíamos então mais uma vez recuperar a imagem de tempos sombrios ou a claustrofóbica sensação de que estamos

presos numa zona de transição transformada em zona de detenção, lembrando que sim há esperança, mas, nesse momento, ela não está ao nosso alcance a não ser como fresta, como relâmpago ou lampejo, como frágil possibilidade de transformação.

6. Referências

BRASIL. Lei Federal nº 13.465/2017.

CAMARGO, C. et al. **São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza**. São Paulo, Edições Loyola 1981

DAL BÓ, André. **Gestores da Barbárie**. Os Movimentos Sociais de Luta por Moradia na transição do neoliberalismo progressista ao neoliberalismo autoritário, austero e violento. XIX Enanpur, 2022

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: Uma história do PCC**. São Paulo, Editora Schwarcz, 2018.

GAGO, Veronica. **A razão neoliberal: Economias barrocas e pragmática popular**. São Paulo: Elefante, 2019.

GRUPO DE PESQUISA CIDADE E TRABALHO. (Micro)políticas da vida em tempos de urgência. Seção Especial Reflexões na Pandemia - **Revista Dilemas**, Rio de Janeiro, 24 Ago., 2020. Disponível em: <<https://www.reflexpandemia.org/texto-59>>. Acesso em: 24 Dez. 2020

GUERREIRO, Isadora de Andrade; MANAIA, Danyella. **A assessoria técnica na era da indeterminação**. Análise do caráter nacional da ATHIS (2015-2020). XIX Enanpur, 2022

OLIVEIRA, Beatriz Mendes de. **Ocupação Anchieta: conflitos e experiências na luta por moradia**, 2021. Trabalho Final de Graduação do curso de arquitetura e urbanismo. Faculdade de Arquitetura Urbanismo e da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

OLIVEIRA, Francisco de. **O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil**. Novos Estudos, São Paulo, n. 74, p. 67-85, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29640.pdf>> DOI: 10.1590/s0101-33002006000100005.

_____. **O Estado e a Exceção**. Ou o Estado de Exceção? Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol.5, n.1, maio de 2003.

RIZEK, Cibele Saliba. **Temporalidades e Liminaridades**. In: Fabiana Dultra Bretto e Paola Berenstein Jacques. (Org.). *Corporidade Gestos Urbanos*. 1ed.Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2017, v. 1, p. 172-190.

_____. **Um mosaico macabro: modulações contemporâneas sobre trabalho, moradia e violência de Estado**. In: Revista PROPOSTA FASE, 2019 - Ano 42 nº 129.

_____. **Um balanço de pesquisa: 10 anos na Zona Leste e um Social reconfigurado**. In *Cidades* v. 13, n. 22, p. 94-140, 2016

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

_____. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

_____. **Democracia no fio da navalha: Limites e Potencialidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil**. Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, v. 11(2) , 32-50.

STRATHERN, Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.